

## Visão geral da disciplina

### Marisa Aparecida Pereira Santos

Doutora em Educação. Professora Titular do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Sagrado Coração – Bauru.

### Cláudio Roberto Brocanelli

Doutor em Educação. Professor Assistente Doutor do Departamento de Administração e Supervisão Escolar da Faculdade de Filosofia e Ciências Unesp – Marília.

Caro Cursista,

A escola inclusiva passou a ser agenda das grandes discussões políticas e pedagógicas no estado de São Paulo, após a publicação do Documento de Salamanca, em 1994, que defendeu a ideia de que as escolas regulares se constituíssem meio eficaz de caminhar para alcançar educação para todos.

O contexto da Educação Inclusiva passou a chamar a atenção para um dos maiores desafios que a escola passou a enfrentar, o repensar e ressignificar a aplicação da legislação, a ética e a direção do trabalho docente para os objetivos teóricos e práticos que dão sustentação à inclusão escolar.

Dados recentes mostram que vem crescendo, nos últimos anos, o acesso das famílias e das próprias pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, aos dispositivos legais existentes, para melhor lutar pelos seus direitos. Conhecer e interpretar a legislação que sustenta a inclusão dos estudantes da educação especial nas escolas, a cada dia, torna-se necessário aos Gestores e Professores, para que possam desenvolver o seu trabalho educativo consciente de aspectos que facilitem ou restrinjam a sua ação diante da questão da inclusão.

A disciplina propõe estimular os Gestores e Professores de Educação Básica a refletir sobre legislação, ética e trabalho docente com a finalidade de entender, analisar e criar ações que envolvam a participação e a aprendizagem de todos os estudantes. O conjunto dos conteúdos escolhidos contempla situações de legalidade, relacionamento e a pertinência de competências e habilidades que se inter cruzam no campo da Educação Inclusiva.

A estrutura da disciplina na **primeira semana** propõe explorar a legislação que oferece suporte para a Educação Inclusiva ser realidade no contexto escolar. A sistematização será por meio de construção de mapa conceitual que mostre as ideias mais abrangentes até as mais específicas encontradas na leitura e interpretação da legislação.

Na **segunda semana** o objetivo é interagir com as análises das relações éticas presentes entre o corpo administrativo e docente da escola, em prol da Educação Inclusiva. A proposta é o estudo sobre o conceito de ética e suas implicações na formação do professor que valoriza a existência do outro, sua presença e a busca da alteridade. A sistematização será por meio de análise de aspectos sobre a realidade do local de trabalho (a escola ou a diretoria de ensino).

Na **terceira semana** o intuito é refletir sobre as práticas administrativas e pedagógicas adaptadas à realidade escolar. A sistematização envolve a reflexão dessas práticas com a participação em *Oficina de vivência* **que será mediada pelo Tutor online**.

A disciplina prevê um Encontro Presencial (EP) no dia 26 de abril de 2014. Nesta ocasião haverá discussões orientadas pelo Tutor presencial, abrangendo as temáticas trabalhadas durante a primeira semana (Legislação) e a segunda semana (Ética) da disciplina. Este evento marcará a reflexão sobre teoria, práticas que se articulam e a troca de experiências a partir de cada situação concreta.

Os textos selecionados e a metodologia que nortearão o desenvolvimento da disciplina tem o propósito de ampliar a compreensão das questões atinentes à ética, às políticas e às práticas didático-pedagógicas e de gestão que visam contribuir para a operacionalização da inclusão na rede de ensino pública do estado de São Paulo. Serão utilizados, entre outros recursos, vídeos, exercícios lúdicos e discussões por meio das diversas ferramentas do ambiente virtual de aprendizagem (AVA-Unesp).

As análises solicitadas para aos cursistas suscitam: questionamentos e posicionamentos em relação às condições de acesso e de atendimento nas salas comuns de ensino da rede pública estadual e aprofundamento sobre as ações e atos legais emitidos pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, com vistas a assegurar o direito de todas as pessoas à educação escolar.

Sendo assim, espera-se que o estudante mantenha-se estimulado para realizar os trabalhos e participar da *prova presencial principal* que a disciplina exigirá.

Além disso, espera-se também que a proposta da disciplina se articule com as demais que serão oferecidas no curso e, principalmente, que contribua para as reflexões dos cursistas no momento de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).